

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax : +251115- 517844  
Website : [www.au.int](http://www.au.int)

---

SC21289

**CONSELHO EXECUTIVO**  
**Trigésima-Segunda Sessão Ordinária**  
**22 – 26 Janeiro de 2018**  
**Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/1051(XXXII)Rev.1**  
Original: Inglês

## **RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA**

## **RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA JULHO DE 2017 - JANEIRO DE 2018**

### **INTRODUÇÃO**

1. O relatório apresenta uma panorâmica da situação humanitária no continente provocada pelos conflitos armados, insegurança alimentar, calamidades naturais e pelos efeitos dos conflitos armados. Destaca as tendências gerais tanto no deslocamento interno como além-fronteiras, as necessidades vitais das populações afectadas e a procura por soluções duradouras. As informações utilizadas no presente relatório foram retiradas das actualizações fornecidas pelos Estados-Membros à Comissão da União Africana e nos dados recolhidos das Nações Unidas. Tendo plenamente em conta as observações partilhadas previamente com a Comissão pelos Estados-Membros, em relação ao presente relatório, e com vista a criar um melhor entendimento dos factores que provocam o deslocamento e das necessidades humanitárias em África e reforçar a capacidade dos Estados-Membros na recolha, análise e divulgação de dados sobre o deslocamento interno, a Comissão continua a levar a cabo sessões de formação e outras iniciativas de capacitação relacionadas com a melhoria da gestão dos dados sobre o deslocamento e questões humanitárias.

2. Por outro lado, este relatório apresenta o ponto de situação das actividades da Comissão realizadas durante o período compreendido entre Julho de 2017 e Janeiro de 2018, no que respeita à resolução das crises humanitárias no continente e na prestação de assistência necessária aos Estados-Membros. Essas actividades foram implementadas com uma série de intervenientes, tais como os parceiros da UA e as agências humanitárias.

3. Em termos de metodologia e em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec.986 (XXXI) do Conselho Executivo, de 1 de Julho de 2016, o presente relatório foi elaborado com base em informações e estatísticas fornecidas pelos Estados-Membros e parceiros, como as agências das Nações Unidas com mandato global sobre refugiados, repatriados, deslocados internos, migração e catástrofes.

### **PANORÂMICA DA SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA**

4. Os conflitos armados no nordeste na Nigéria, na Somália, República Centro-Africana e no Sudão do Sul, foram os principais propiciadores das crises humanitárias e do deslocamento forçado durante o segundo semestre de 2017. Na Bacia do Lago Chade, no Sudão do Sul e na Somália, os impulsionadores da insegurança alimentar extrema são uma combinação de conflitos e as variações climáticas. As calamidades naturais foram as principais causas de preocupação humanitária na Somália, na Sierra Leone e na República Democrática do Congo.

5. Um grande número de refugiados abandonou as suas casas devido à perseguição, conflitos e violações dos direitos humanos. Até ao final de 2016, havia 5,6 milhões de refugiados e requerentes de asilo e mais de 12 milhões de deslocados

internos (IDPs) na região. O conflito no Sudão do Sul despoletou uma das crises de refugiados com mais rápido crescimento no mundo, tendo 2 milhões de refugiados fugido para os países vizinhos. O número de refugiados Sudaneses do Sul conheceu um crescimento de mais de 60 por cento durante a segunda metade de 2016. Segundo o ACNUR, alguns dos principais países de origem dos refugiados são a República Centro-Africana, Sudão do Sul, Sudão, República Democrática do Congo, Eritreia, Burundi e Somália.

6. Há muitos anos que vários países em África têm acolhido refugiados. Os países Africanos continuam a demonstrar níveis exemplares de solidariedade para com aqueles que são deslocados pela força. Alguns dos países que mais acolhem refugiados no mundo estão em África. Argélia, os Camarões, o Chade, a República Democrática do Congo, a Etiópia, o Quénia, o Sudão e o Uganda, acolhem 4,9 milhões de refugiados, representando 28 por cento do total global. Estes países Africanos já se confrontam com barreiras estruturais graves ao crescimento e ao desenvolvimento económicos e têm geralmente menos recursos para responder às necessidades das pessoas que procuram refúgio. O Chade, por exemplo, tem a quarta maior população de refugiados em relação à sua população nacional. As causas subjacentes da crise do deslocamento, têm sido muitas vezes negligenciadas durante anos, colocando os refugiados nessa situação durante tempos prolongados e expondo-os a riscos de deslocamentos múltiplos. Cerca de 552.200 refugiados Africanos regressaram aos seus países de origem em 2016, muitas vezes em condições que não são consideradas ideais. Desde Agosto de 2016, mais de 250.000 refugiados nigerianos voltaram à Nigéria idos dos Camarões, muitos dos quais se encontram em situação de deslocados internos.

7. Além do afluxo de refugiados, um grande número de pessoas encontrava-se na condição de deslocada interna em África em 2016 e 2017. Cerca de 3,9 milhões de pessoas tornaram-se novos deslocados dentro do seu próprio país. No total, 12,6 milhões de pessoas encontravam-se na condição de deslocadas internas até ao final de 2016. O Sudão do Sul alberga mais de 2 milhões de deslocados internos. Os outros países com um grande número de deslocados internos são o Sudão (2,9 milhões), a República Democrática do Congo (2,9 milhões) e a Somália (2,6 milhões). Entre os deslocados estão mulheres e crianças que são geralmente as mais vulneráveis.

8. Os conflitos continuam a ser o factor propiciador mais importante do deslocamento interno em África. Calcula-se que mais de 70 por cento do deslocamento interno de África seja causado por conflitos. As situações de conflitos prolongados, de violência generalizada e de instabilidade na República Centro-Africana, no Sudão do Sul, na Somália, no Nordeste da Nigéria, na Líbia, República Democrática do Congo e Bacia do Lago Chade mantêm-se, com dezenas de milhares de pessoas a fugirem das suas casas. O terrorismo continua a ser o factor instigador do conflito no Nordeste da Nigéria e noutros países da Bacia do Lago Chade e na Somália.

9. A instabilidade criada pelos desafios enfrentados pela Líbia durante este período de transição e a criação concomitante de um espaço ingovernável, tem provocado

imenso sofrimento aos civis, incluindo imigrantes, refugiados e requerentes de asilo da África Subsariana. A instabilidade gerada pelo colapso das estruturas de governação na Líbia e a criação concomitante de um espaço desgovernado, deu azo à onda crescente de travessias perigosas irregulares do mar Mediterrâneo por muitos emigrantes africanos. A ocorrência de emigração irregular continua sem abrandar, estando na origem da morte de várias pessoas no mar Mediterrâneo. A detenção de imigrantes, refugiados e requerentes de asilo expôs grupos vulneráveis a abusos e exploração. Os migrantes também sofrem escravidão e a práticas semelhantes à escravidão de redes criminais, cartéis e grupos terroristas. A Comissão da União Africana assumiu um papel forte de liderança face à crise que se vive que envolve os imigrantes Africanos na Líbia. O Presidente da Comissão procedeu imediatamente ao envio de uma missão de alto nível para a Líbia, a fim de efectuar consultas junto dos imigrantes, refugiados e requerentes de asilo, das autoridades líbias e dos parceiros humanitários. A situação na Líbia esteve também no topo da agenda da Cimeira UA-UE, realizada em Abidjan, Cote d'Ivoire, onde foi tomada uma decisão de se constituir imediatamente um Grupo de Intervenção Trilateral composto pela UA, a UE e a ONU (representada pela OIM e pelo ACNUR). O Grupo de Intervenção trabalha actualmente no plano de evacuação humanitária imediata envolvendo cerca de 15.000 pessoas. Os governos africanos pertinentes, as autoridades líbias e os parceiros estão também a facilitar o retorno voluntário dos migrantes.

**10.** Vários países Africanos que foram severamente afectados pelos efeitos dos fenómenos climáticos *El Niño* e *La Niña*, especialmente nas regiões oriental e austral, têm mostrado capacidade de resistência e de recuperação. Depois de assolados por uma seca grave e sem precedentes e fortes cheias, continua a haver um número considerável de civis que necessitam de assistência humanitária. Alguns dos países gravemente afectados na África Oriental são a Etiópia, o Quénia, o Uganda, a Somália e o Burundi; ao passo que na África Austral os países afectados são o Lesoto, a Suazilândia, o Zimbabwe, a Namíbia, o Malawi e a África do Sul.

**11.** A Lagarta do Cartucho, uma praga nova em algumas regiões em África, é susceptível de provocar estragos generalizados às culturas, o que agrava ainda mais a insegurança alimentar, afectando particularmente as culturas cruciais do ponto de vista económico como o milho, o arroz, o sorgo, a mandioca, o algodão e também as hortaliças. Cerca de 25 Estados-Membros da UA relataram a propagação da Lagarta do Cartucho. É significativo o impacto que a praga terá na segurança alimentar, nos meios de subsistência dos agricultores e no comércio, pois ela tem potencial para afectar mais de 80 tipos de culturas. A Comissão da UA trabalha com os governos e parceiros internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a fim de recolher, analisar e divulgar informações; criar consciência sobre o problema entre os Estados-Membros; partilhar experiências; e prestar a assistência técnica necessária.

**12.** As chuvas fortes e prolongadas na Sierra Leone causaram deslizamento massivo de terras no dia 14 de Agosto de 2017, resultando na morte de 500 pessoas e na destruição de propriedade. Na República Democrática do Congo, um grande

deslizamento de terras no dia 15 de Agosto de 2017 provocou a morte a mais de 170 pessoas e uma perda significativa de haveres.

## ANÁLISE REGIONAL

### REGIÃO DO NORTE DE ÁFRICA

**13.** A região do Norte de África continua a ser um destino de trânsito ou final para os fluxos migratórios mistos consideráveis originários da África Subsaariana. A situação é igualmente motivada pelo terrorismo, combatentes estrangeiros, proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre que tem causado a instabilidade no Médio Oriente e afectado os países da região, em particular a Líbia. A violência e a turbulência neste país, também criaram necessidades de protecção, com um número cada vez maior de refugiados e requerentes de asilo presos e detidos. Estas violações afectam particularmente aqueles originários da África Subsaariana. Esta situação também constitui uma das razões que fazem com que alguns dos imigrantes arrisquem a travessia perigosa do Mediterrâneo.

#### Líbia

**14.** O sofrimento dos civis na Líbia continua, em resultado do conflito, da insegurança, instabilidade política e uma economia em queda. Segundo a Matriz de Acompanhamento de Pessoas Deslocadas da OIM, 423.394 imigrantes foram identificados em várias partes do país. Mais de 90 por cento dos imigrantes são originários da África. Cerca de 67 por cento (264.471) são originários dos países Subsaarianos, dos quais 55 por cento do Níger e do Chade. Os restantes 45 por cento são provenientes de outros 23 países Africanos. De acordo com o ACNUR, há cerca de 43.000 refugiados e requerentes de asilo na Líbia. Estima-se que mais de 20.000 pessoas, maioritariamente imigrantes, estejam em centros de detenção em diferentes partes do país. Essas pessoas são objecto de práticas desumanas e exploração, como trabalho forçado, escravidão e extração de órgãos.

**15.** O impacto humanitário directo das flutuações políticas na população Líbia afectada. Centenas de milhares de pessoas em todo o país sofrem actualmente, vivendo em condições de insegurança e ambientes hostis de alto risco, com pouco ou sem acesso à assistência sanitária, aos medicamentos essenciais, alimentos, água potável segura, habitação e educação.

#### República Argelina Democrática e Popular

**16.** A situação prolongada dos refugiados da **República Árabe Saharaoui Democrática** na Argélia continua a constituir uma questão preocupante para a Comissão. Na verdade, a Argélia alberga 165.000<sup>1</sup> refugiados Saharaouis, que vivem

---

<sup>1</sup> Nota verbal. Ref: 015/2018 / AB, de 06 de Janeiro de 2018, da Argélia

em cinco campos perto de Tindouf, dos quais 125.000 são vulneráveis e recebem ajuda humanitária das Agências das Nações Unidas.

**17.** Durante a sua visita em Março de 2016, o Secretário-Geral das Nações Unidas afirmou firmemente que ficou chocado com a situação humanitária nos campos e pediu mais mobilização para a situação prolongada e a realização de uma reunião para anúncio de contribuições. Tendo em conta a contínua deterioração da situação humanitária, o Director Executivo do Programa Alimentar Mundial visitou a região de Tindouf em Dezembro de 2017, durante o qual fez um levantamento do défice da ajuda alimentar e dos sérios problemas de desnutrição dos refugiados saharauis que vivem numa das mais hostis regiões do planeta e sem possibilidade de resiliência.

**18.** Durante mais de 40 anos, os refugiados saharauis têm vivido em condições extremamente penosas no deserto do Saara no sudoeste da Argélia. Por conseguinte, a União Africana apela à comunidade internacional para que contribua para a melhoria das condições difíceis e extremamente cruéis destes refugiados vulneráveis, que aguardam a organização, sob os auspícios das Nações Unidas, de um referendo sobre autodeterminação.

## **REGIÃO DA ÁFRICA CENTRAL**

**19.** Na **República Centro-Africana**, os conflitos e deslocamentos forçados são cada vez mais generalizados e têm impacto nas partes do país anteriormente não afectadas. A República Centro-Africana é um dos poucos países do mundo onde quase uma pessoa em cada duas depende da ajuda para sobreviver. O número de pessoas deslocadas, tanto de refugiados como de deslocados internos, atingiu o número mais alto jamais registado de 1,1 milhões de pessoas. À medida que a crise se alastra para o leste e noroeste do país, surgem novos deslocamentos em massa e existe um risco considerável de deterioração da condição das pessoas deslocadas anteriormente que continuam nos campos. Quase uma família em cada quatro já foi forçada a fugir. Em Julho de 2017, o número de deslocados internos excedia 600.000, o que representa um aumento de quase 50 por cento desde Janeiro de 2017. A grande maioria desses deslocados internos está em campos improvisados, mesquitas, igrejas, perto das bases da força de manutenção da paz das NU, a MINUSCA, e em outros edifícios desocupados.

**20.** O ressurgimento de conflitos armados prejudica seriamente as esperanças de retorno dos deslocados e dos refugiados, por causa da deterioração contínua da situação na República Centro Africana. Os ataques contra trabalhadores humanitários e instalações de saúde também dificultam o acesso aos serviços essenciais. A redução do espaço humanitário em todo o país, num contexto de deterioração da segurança, tornou cada vez mais difícil a realização de actividades de protecção e de prestação da assistência essencial.

**21.** O recrudescimento da violência na República Centro-Africana pode também ter um impacto significativo na região: à medida que a violência eclode, é muito provável

que as populações venham a atravessar as fronteiras para a República Democrática do Congo, Chade e Camarões, acrescentando aos quase 500.000 refugiados que estes países já acolhem e exercendo mais pressão sobre os recursos limitados dos países de acolhimento. De acordo com o ACNUR e os seus parceiros, mais de 7.000 Centro-Africanos atravessaram a fronteira para os Camarões.

## **República Democrática do Congo**

**22.** A situação humanitária na República Democrática do Congo deteriorou-se drasticamente ao longo do ano passado. A crise agravou-se e espalhou-se afectando os habitantes de áreas anteriormente consideradas estáveis e exercendo pressão sobre os mecanismos de subsistência nas áreas já afectadas. Com uma população de 2,2 milhões de deslocados internos no final de 2016, o aumento dos conflitos violentos e tensões intercomunitárias forçou mais de 1,7 milhões de pessoas a fugirem das suas casas em 2017 – uma média de mais de 5.500 pessoas por dia. Até Outubro de 2017, o número total de deslocados internos na República Democrática do Congo atingiu 4,1 milhões<sup>2</sup>, que é o número mais alto de qualquer país no continente Africano. A insegurança teve um impacto devastador na capacidade de acesso à alimentos e 7,7 milhões de pessoas em toda a República Democrática do Congo vivem uma situação de insegurança alimentar grave - um aumento de 30 por cento a contar do período homólogo no ano passado. A situação torna-se mais complicada por causa da incerteza política e da recessão económica. Este agravamento, observado principalmente nas regiões do Kasai, do Kivu Sul e de Tanganyika, ocorre no contexto de uma das maiores e mais complexas crises humanitárias do mundo. Em todo o país, pelo menos 8,5 milhões de pessoas precisam de assistência e protecção humanitária, perto de 2 milhões de crianças estão afectadas pela desnutrição aguda grave - isto é, 12 por cento dos casos do mundo - e surtos de doenças como da cólera, afectam dezenas de milhares de pessoas todos os anos. Ao mesmo tempo, a República Democrática do Congo também acolhe 26,236 refugiados, <sup>3</sup>nomeadamente do Ruanda, da República Centro-Africana, do Sudão do Sul e do Burundi.

**23.** Como resultado do agravamento acentuado da situação humanitária na República Democrática do Congo, que representa enormes desafios para os esforços para uma resposta colectiva, o sistema das Nações Unidas declarou uma Resposta de Emergência de Nível 3 de todo o seu sistema para a República Democrática do Congo, centrada nas províncias da região do Kasai, de Tanganyika e do Kivu Sul, por um período de seis meses, em vigor a partir de 20 de Outubro de 2017.<sup>4</sup>

## **Burundi**

**24.** A situação do deslocamento forçado no Burundi, particularmente a fuga de pessoas pelas fronteiras para os países vizinhos como a Tanzânia, o Ruanda, a República Democrática de Congo, o Uganda, o Quénia, Moçambique, Zâmbia e Malawi

<sup>2</sup> OCHA, Deslocados e Retornados até 31 de Outubro de 2017, p. 1

<sup>3</sup> ACNUR, Ficha Informativa SETEMBRO DE 2017, p.1

<sup>4</sup> OCHA, Panorâmica sobre a República Democrática do Congo, Novembro de 2017.

continua sem abrandar. Até Abril de 2017, cerca de 237.393 pessoas fugiram para a Tanzânia, enquanto cerca de 85.733 e 37.354 fugiram para o Ruanda e para a República Democrática do Congo, respectivamente. O Uganda recebeu outro grupo de 34.801 burundeses durante o mesmo período. Embora o país não esteja no meio de uma emergência humanitária em massa, os alertas iniciais indicam um risco enorme de agravamento da situação, com prováveis consequências graves, uma vez que alguns dos países vizinhos podem violar o princípio da não repulsão em relação ao tratamento dos refugiados.

**25.** Ao mesmo tempo, calcula-se que 90.000 pessoas tenham sido afectadas pelo fenómeno *El Niño* (fortes chuvas, fortes ventos, inundações e deslizamentos de terra). A segurança alimentar e a situação nutricional agravam-se cada vez, havendo 23% da população a viver em insegurança alimentar. A última avaliação das campanhas agrícolas, da disponibilidade de alimentos e da situação nutricional, mostra que a redução de 2,1 por cento na produção do principal alimento básico deveu-se principalmente às intempéries climáticas, (fortes chuvas e inundações), à persistência de doenças das plantas e à falta de insumos agrícolas e degradação da produtividade do solo. Em consequência disso, perderam-se cerca de 23.000 toneladas de feijão, 60.000 toneladas de milho e 75.000 toneladas de arroz em casca.<sup>5</sup>

## **Camarões**

**26.** Depois da Nigéria, os Camarões são o segundo país mais afectado pela crise do Lago Chade. As incursões além-fronteiras do Boko Haram, os ataques bombistas suicidas e o agravamento da insegurança provocaram o deslocamento significativo e aumentaram a vulnerabilidade da população local na Região do Extremo Norte. Até Outubro de 2017<sup>6</sup>, havia 237.967 pessoas deslocadas na Região do Extremo Norte e 332.000 estavam registadas como refugiadas. Os ataques em curso, as operações militares e a insegurança limitam significativamente o acesso aos serviços básicos como a educação e a saúde.

**27.** O conflito armado e o deslocamento daí resultante, estão a alimentar a violência sexual e com base no género e também as tensões intercomunitárias em torno dos recursos escassos. A insegurança alimentar e a desnutrição continuam a constituir uma questão muito preocupante na região árida do Sahel, regularmente assolada pela seca, escassez de alimentos e epidemias. As maiores debilidades no país verificam-se nos serviços de água e saneamento, havendo apenas 40 por cento da população com acesso à água potável.<sup>7</sup> O UNICEF e outros actores humanitários, adiantaram que em algumas áreas da Região do Extremo Norte há um grande número de escolas encerradas devido à insegurança.

**28.** O recrudescimento da violência nas zonas Anglófonas dos Camarões, resultou na fuga de vários refugiados dos Camarões para zonas do sudeste da Nigéria. As

<sup>5</sup> FAO, Junho de 2016, Relatório sobre a Situação no Burundi.

<sup>6</sup> ACNUR Camarões, ficha técnica de Outubro de 2017.

<sup>7</sup> OCHA, Prioridades de Intervenção e Necessidades Revistas, Setembro de 2017, p.5.



autoridades nigerianas, juntamente com o ACNUR, já registaram 2000 pessoas. Cerca de 3000 pessoas aguardam pelo registo. Muitos dos recém-chegados são mulheres e crianças. O governo nigeriano e o ACNUR informaram estar a planear a chegada de mais de 40.000 refugiados dos Camarões devido à violência política e ao agravamento da situação de segurança. Este afluxo de refugiados cria dificuldades adicionais para a Nigéria e para os Camarões que já se debatem com situações de deslocamento, em resultado das actividades do Boko Haram.

## **Chade**

**29.** Mais de 4,7 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária no Chade, incluindo cerca de 900 mil pessoas que deverão estar em situação de insegurança alimentar em todo o país em Junho. A 31 de Dezembro de 2017, foram registados 410 mil refugiados (principalmente do Sudão e República Centro Africana) no sul e leste do país e cerca de 174.200 deslocados internos na região do Lago Chade. O país enfrenta ameaças de segurança nas suas fronteiras, principalmente do Boko Haram (BH) desde Fevereiro de 2015 na região de Lac. Os ataques assolaram as operações militares e civis, fazendo com que as pessoas abandonassem as suas casas. Cerca de 130 mil pessoas encontram-se em situação de deslocadas na região Lac. 57% dos refugiados acolhidos no Chade são crianças, 56% são mulheres e quase 69% dos refugiados são encabeçados por mulheres.

## **REGIÃO ORIENTAL E DO CORNO DE ÁFRICA**

**30.** A África Oriental alberga mais de 50 por cento dos deslocados internos do continente. A região tem sido assolada por conflitos, calamidades naturais e terrorismo. A região foi assolada por três anos consecutivos de seca, que é uma consequência do fenómeno climático *El Niño*.

## **Sudão do Sul**

**31.** O recrudescimento da violência no Sudão do Sul continua a resultar em deslocamentos massivos e sem precedentes de pessoas, tanto no interior do país como em direcção aos países vizinhos. A situação do deslocamento do Sudão do Sul continua a ser um dos fenómenos de deslocamento mais rápidos do mundo. De acordo com o ACNUR O Uganda continua a ser o principal destino para os deslocados do Sudão do Sul, enquanto o Sudão e a Etiópia albergam um grande número de refugiados do mesmo país. Até Outubro de 2017, cerca de 3,9 milhões ou um terço da população estimada do Sudão do Sul estava deslocada, sendo 1,8 milhões de pessoas deslocadas internas e cerca de 2,1 milhões estavam refugiadas nos países vizinhos. O Uganda acolhe a maioria da população refugiada do Sudão do Sul, com 1.035.703 pessoas, seguido pelo Sudão que acolhe 454.660 refugiados e pela Etiópia com 41,366 refugiados.

**32.** Desde Janeiro de 2017, 641.911 refugiados fugiram do Sudão do Sul para os países vizinhos, isto é, 345.279 para o Uganda e perto de 4.500 refugiados do Sudão

do Sul nas duas primeiras semanas de Outubro de 2017. Existem agora 2,1 milhões de refugiados do Sudão do Sul e há probabilidade da projecção do Plano Regional de Resposta aos Refugiados de 2.130.500, até 31 de Dezembro de 2017, ser ultrapassada num futuro próximo. Desses refugiados, cerca de 63% são crianças e 53% mulheres e meninas.

**33.** Ao mesmo tempo, há um grande número de deslocados internos. Há o grupo inicial de deslocados que resultou do conflito de 2013 e que está sob a protecção do Programa das Nações Unidas para Protecção de Civis e está acantonado dentro das instalações da UNMISS. A situação foi agravada pelo ressurgimento do conflito em Julho de 2016, que também deu origem a outra onda de deslocamentos internos e também de deslocamentos além-fronteiras. Além disso, existem novos conflitos que surgem no país, tal como na zona equatorial. Enquanto isso, alega-se que o governo está a efectuar ataques às novas posições dos rebeldes, aumentando assim o deslocamento generalizado de pessoas. Actualmente, há apenas um Estado, num total de dez Estados iniciais no país, que está livre de conflito, o Estado de Warap. De acordo com a UNOCHA, desde Dezembro de 2013, o conflito devastou a vida de milhões de Sudaneses do Sul e provocou deslocamento de mais de 2,7 milhões. Cerca de 1.73 milhões tornaram-se deslocados no país e quase 1.05 milhões estão refugiadas em países vizinhos.

**34.** Outro fenómeno preocupante no Sudão do Sul é a violência contra os trabalhadores humanitários e infra-estruturas humanitárias como escolas e hospitais, que se consubstancia em disparos, emboscadas, assaltos, moléstia e roubos. Isto resultou na morte trágica de três trabalhadores humanitários, aumentando o número relatado de trabalhadores humanitários mortos no Sudão do Sul para mais de 55, desde que o conflito eclodiu em Dezembro de 2013. Recentemente, foram relatados pelos parceiros humanitários 78 incidentes de negação de acesso humanitário, 73 por cento dos quais envolveram violência contra o pessoal humanitário e sua propriedade. As viagens rodoviárias e fluviais continuam perigosas para os operadores humanitários.

## **Somália**

**35.** As necessidades humanitárias na Somália estão a aumentar devido à escassez das chuvas, ao conflito, deslocamento e à falta de acesso aos serviços. Mais de um milhão de pessoas foram deslocadas em 2017, devido à seca e ao conflito.<sup>8</sup> Quase dois terços das pessoas deslocadas estão abaixo dos 18 anos de idade. Muitas áreas do país vivem em insegurança alimentar. Cerca de 900.000 refugiados somalis estão na região.

**36.** A Missão da UA na Somália e o Conselho de Paz e Segurança, através das suas várias sessões e decisões sobre a situação na Somália, desempenharam um papel crucial para a melhoria da situação de segurança no país. O ACNUR apoiou o regresso voluntário de mais de 100.000 refugiados somalis do Djibuti, do Quénia, do

---

<sup>8</sup> Somália: Retracto da Situação Humanitária, 7 de Dezembro de 2017.

lémen e de outros países de asilo. A *Declaração e Plano de Acção de Nairobi da IGAD*, que os Chefes de Estado dos países da IGAD adoptaram em 25 de Março, vincula os seus Estados-Membros a "procurarem colectivamente uma estratégia regional integral para oferecer soluções duráveis aos refugiados somalis, mantendo ao mesmo tempo a protecção e a promoção da auto-suficiência nos países de asilo.

## Etiópia

**37.** Em 2017, a Etiópia viveu um aumento significativo no nível de deslocamento interno causado pela seca e por conflitos comunitários. Nas zonas afectadas pela seca há muitas vezes concorrência pelos recursos e tensões étnicas. O deslocamento ocorre também nas áreas que foram adversamente afectadas pela seca e pelos efeitos das alterações climáticas. A insegurança alimentar, em particular na região da Somália, foi responsável pelo deslocamento de um grande número de pessoas. Os conflitos, em particular nas regiões de Oromia e Somali, também provocaram deslocamento de um grande número de pessoas. Muitos dos deslocados, estão nessa condição nas suas próprias regiões. As autoridades na Etiópia responderam restabelecendo a segurança e prestando assistência humanitária.

## REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL

**38.** Os impactos negativos da seca induzida pelo fenómeno *El Niño*, provocaram uma crise humanitária que afectou, segundo estimativas, 40 milhões de pessoas na África Austral, o que representa 14 por cento da população total da SADC. Cerca de 23 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária imediata. A escala e magnitude da seca, têm posto à prova a capacidade local dos Estados-Membros da SADC.

**39.** Em Julho de 2017, a SADC lançou um apelo de 2.4 mil milhões de US\$ para ajudar os países da região. Graças aos esforços dos Estados-Membros, da SADC e da comunidade internacional, a população afectada pelo *El Niño* começou a recuperar. Embora os agricultores da região tenham aproveitado a boa colheita de 2016/2017, calcula-se que 5 milhões de pessoas ainda necessitem de ajuda humanitária.

**40.** Em **Madagáscar**, a produção de milho está abaixo da média de 5 anos e é inferior a de 2016. Em 2017, a principal região produtora de arroz do país teve a produção mais baixa alguma vez registada. A produção nacional de mandioca também está abaixo da média de 5 anos e é inferior a do ano passado. Após o fim do plano de resposta de emergência em Maio de 2017, para as regiões assoladas pelo El Niño, um novo plano foi desenvolvido. Com base nos dados gerados a partir das análises da insegurança alimentar concluídas em Junho de 2017, o novo plano de assistência tem como alvo 262.800 pessoas em situação de emergência, das quais 142.064 no sul e 120.736 no sudeste; e 804.600 em situação de crise, das quais 440.528 no sul e 364.072 no sudeste. A previsão mostra que há uma maior probabilidade de actividade ciclónica para Madagáscar, de Dezembro de 2017 até Março de 2018, que causará

estragos e prejuízos. No entanto, os ciclones são muitas vezes benéficos para algumas áreas de Madagáscar por trazerem água para o cultivo.

**41. Moçambique** está propenso a choques ambientais, como ciclones, inundações e secas. Moçambique continua a enfrentar problemas humanitários nas zonas afectadas pela seca nas regiões sul e central, a braços com a insegurança alimentar. Muitas famílias estão a recuperar da seca relacionada com o fenómeno do *El Niño* que atingiu o seu ponto mais alto no início de 2017. No entanto, a insegurança alimentar continua a ser um grande problema no país.

## REGIÃO DA ÁFRICA OCIDENTAL

### Nigéria

**42.** O nordeste da Nigéria continua a ser uma zona de grande preocupação. Quase 1,5 milhões de pessoas continuam como deslocadas, apesar dos ganhos alcançados pelas autoridades militares nos últimos tempos, uma vez que o Boko Haram ainda provoca alguma volatilidade na zona da Bacia do Lago Chade. Continuaram a registar-se novos deslocamentos durante o período em análise. O conflito com o Boko Haram resultou em deslocamento generalizado, violação do Direito Humanitário Internacional e das Leis em matéria dos Direitos Humanos, riscos de protecção e uma crescente crise humanitária. O conflito vai agora no seu 8º ano. O conflito prolongado com o Boko Haram, lançou o nordeste da Nigéria, uma região com uma longa história de pobreza e subdesenvolvimento, para uma devastação acentuada.

**43.** Foram obtidos resultados importantes pelas autoridades nigerianas na melhoria da segurança, na limpeza dos elementos do Boko Haram de várias áreas, na prestação de assistência humanitária e execução de actividades de reconstrução e reabilitação. No entanto, um número significativo de pessoas continua deslocado tanto dentro da Nigéria como além-fronteiras, principalmente nos Camarões. Os refugiados repatriados e deslocados, estão a juntar-se aos campos e assentamentos semelhantes a campos no nordeste da Nigéria e confrontam-se com grandes constrangimentos para obtenção de meios de subsistência e oportunidades para restabelecerem-se nas suas áreas de origem. Durante o período em análise, o Governo da Nigéria e as organizações humanitárias aumentaram de forma massiva a assistência para melhorar o acesso aos serviços.

**44.** Continuam a ser registados ataques violentos tendo civis como alvos, e a insegurança e o acesso continuam a ser um obstáculo para entrega da ajuda e recuperação dos meios de subsistência nas comunidades. Em particular, os direitos das mulheres e das crianças continuam a ser objecto de graves violações. Mais de 8 milhões de pessoas nos três Estados mais afectados do nordeste da Nigéria, nomeadamente Borno, Adamawa e Yobe, necessitam de assistência humanitária. Mais de 1,8 milhões de pessoas, a maioria das quais crianças, continuam como deslocadas em 2.140 locais. Mais de 1 milhão de deslocados e refugiados regressaram para zonas próximas das suas áreas de origem e tentam reconstruir as suas vidas com pouco

apoio. Muitos estão agora mais perto de casa mas continuam deslocados, geralmente em assentamentos de deslocados, sem abrigo e assistência adequados, e onde os serviços básicos estão sob uma pressão excessiva. O ambiente altamente volátil e ameaçador comporta riscos ainda maiores para segurança e protecção de meninos e meninas, pois estes estão cada vez mais expostos a raptos ou a recrutamento por grupos armados, inclusive para ser utilizados em ataques suicidas. Há ainda relatos de que o número de meninos e meninas usados à força como bombistas suicidas pelo Boko Haram, aumentou acentuadamente.

## **Sierra Leone**

**45.** Chuvas torrenciais prolongadas e fortes deram azo a uma série de inundações consideráveis e deslizamentos de terra no dia 14 de Agosto, em várias zonas de Freetown, a capital da Sierra Leone. Isto resultou na morte de cerca de 500 pessoas, no deslocamento de milhares de civis e na destruição de uma quantidade significativa de propriedade privada e pública. A acção pronta do governo conseguiu resgatar vários civis do deslizamento de terra. O governo está também a coordenar esforços humanitários e de recuperação para a população afectada.

**46.** Os esforços dos Estados-Membros da CEDEAO e da UA envidados no sentido de apoiar a Sierra Leone são dignos de louvor, pois contribuíram significativamente para satisfazer as necessidades imediatas das famílias afectadas. Esta é uma demonstração positiva de solidariedade com o governo e povo da Serra Leoa.

**47.** O Presidente da Comissão da União Africana manifestou prontamente solidariedade com o povo e o Governo de Sierra Leone, tendo enviado um enviado especial e apelou para o apoio internacional ao país. O Comissário para os Assuntos Sociais visitou o país e manifestou a solidariedade da Comissão. São necessários investimentos nas áreas de preparação para catástrofes e atenuação de riscos, para que a Sierra Leone possa suportar choques futuros.

## **MEDIDAS TOMADAS PELA UNIÃO AFRICANA PARA SOLUCIONAR AS CRISES HUMANITÁRIAS**

**48.** A Comissão da União Africana, com base num mandato conferido pela decisão EX.CL/Dec.965-986 (XXXI), de 1 de Julho de 2016 do Conselho Executivo, que apelou para a melhoria dos métodos de prestação de informação e fontes credíveis de dados sobre a situação humanitária em África; e o apelo ardente na Posição Comum Africana sobre a Eficácia Humanitária em África; bem como o Plano de Acção de Harare de Abril de 2017, para a implementação da Convenção de Kampala, convocou uma reunião de Estados-Membros e parceiros sobre a forma como aprimorar a recolha, a análise e a utilização dos dados e relatórios sobre o deslocamento forçado em África. Cerca de 14 Estados-Membros e vários parceiros estiveram representados. A reunião viabilizou a partilha de experiências entre os países sobre a gestão de dados, identificou métodos para a melhoria da capacidade de recolha e gestão de dados sobre

questões humanitárias a nível nacional e partilhou informações sobre as parcerias e assistência e cooperação internacional.

**49.** A Comissão apoiou a função do Subcomité do CRP sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados de realizar uma série de missões de avaliação. Os países cobertos por essas missões em 2017 são a República da Guiné, a Nigéria e a Sierra Leone. Através destas missões, os membros do Subcomité e da Comissão reuniram informações em primeira mão sobre as necessidades humanitárias prevaletentes nos países envolvidos e sobre os esforços dos governos e dos parceiros internacionais para responder a situações humanitárias e os esforços empreendidos para recuperação e reconstrução. A Comissão também prestou apoio financeiro e técnico de solidariedade.

**50.** À luz da deterioração acelerada da situação na Líbia, a Comissão apoia a formulação e implementação de um Plano de Acção de Emergência para facilitar o regresso e a evacuação dos imigrantes Africanos da Líbia. Na sequência de uma decisão tomada durante a 5.<sup>a</sup> Cimeira UA-UE em Abidjan, na Cote d'Ivoire, em Novembro de 2017, foi criado um Grupo de Intervenção envolvendo a UA, a UE e as Nações Unidas representadas pela OIM e ACNUR. Sob a liderança do Comissário para os Assuntos Sociais da UA, o Grupo de Intervenção envolverá uma coordenação política, estratégica, técnica e operacional entre os intervenientes para apoiar o processo de retorno voluntário dos imigrantes da Líbia. Este processo tem como alvo até 15.000 imigrantes priorizando aqueles que se encontram actualmente em detenção. O Presidente da Comissão efectuou uma série de consultas e reuniões com os Estados-Membros da UA que têm um número significativo de cidadãos na Líbia. Os Estados-Membros deverão enviar funcionários consulares para a Líbia para ajudar na identificação da nacionalidade e viabilizar o acesso à documentação.

**51.** O Fundo Especial de Assistência de Emergência para a Ajuda Humanitária em África (SEAF) prestou assistência aos países membros assolados por catástrofes humanitárias. O Subcomité do SEAF proporciona assistência financeira e material para apoiar as actividades e programas nacionais para atenuar o impacto das catástrofes. O Comité é também responsável pela definição da política do Fundo, tendo em vista a prestação de assistência de emergência aos países afectados e rapidamente. A ajuda simbólica do Fundo destina-se a mostrar solidariedade com os países afectados e a convidar a comunidade internacional a prestar o apoio necessário para evitar o sofrimento e os danos humanos. Devido às necessidades humanitárias cada vez maiores no continente e ao esgotamento do fundo, o Conselho Executivo, por meio da sua decisão 2017 EX.CL/Dec.968 (XXXI) de Julho de 2017, apelou à Comissão para que trabalhasse com o Subcomité do SEAF e com o Subcomité dos Refugiados, Repatriados e Deslocados, a fim de mobilizar recursos com vista a reaprovisionar o Fundo. A Comissão elaborou uma nota conceptual para uma grande conferência para o anúncio de contribuições e está actualmente a efectuar consultas junto dos intervenientes para organizar uma conferência para o anúncio de contribuições em 2018.

52. A Comissão da União Africana organizou o **5.º Simpósio Humanitário Anual da União Africana** em Nairobi, Quênia, de 25 a 27 de Novembro de 2017, subordinado ao tema “**Visão e Perspectiva Comuns para Protecção, Solidariedade e Soluções para os Movimentos de Refugiado em Grande Escala em África**”. Cerca de **36 Estados-Membros** estiveram representados no Simpósio. O Sudão do Sul e o Burundi estiveram representados a nível ministerial. Os representantes da Comissão da União Africana, das Comunidades Económicas Regionais, Agências das NU, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, NGO, ONG locais, organizações religiosas, sector privado, representantes dos refugiados, pesquisadores de instituições académicas e da comunicação também participaram do Simpósio. O Simpósio, apoiado pelo ACNUR, partilhou informações sobre as lições retiradas quanto à aplicação do Quadro de Acção Global para os Refugiados (CRRF) da Declaração de Nova Iorque sobre Refugiados e Emigrantes de 2016 nos países em que será implementado em África.

53. O CRRF é implementado actualmente no Djibouti, Etiópia, Quênia, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Somália. O Malawi e o Ruanda estão em vias ou já adoptaram políticas e estratégias do CRRF, que reforçam a capacidade de resiliência económica a longo prazo das populações de refugiados e de acolhimento.

54. A Comissão da UA, que trabalha em conjunto com os seus vários parceiros, implementou projectos que reforçam a capacidade dos Estados-Membros na implementação da Convenção de Kampala, incluindo sessões de formação. A primeira Conferência dos Estados Partes da Convenção de Kampala, realizada em Harare, Zimbabwe, de 4 a 5 de Abril de 2017, formulou e aprovou um plano de acção que visa promover a ratificação, a integração e a implementação da Convenção de Kampala. A Comissão também está actualmente a finalizar um plano de acção decenal sobre a eficácia humanitária. O plano baseia-se nos quadros normativos e de política existentes.

55. O ano de 2019 marcará o 50º Aniversário da adopção da Convenção da OUA de 1969, bem como o 10º aniversário da adopção da Convenção de Kampala de 2009. Neste contexto, na sua 29ª Conferência em Julho de 2017, o Conselho Executivo da UA apelou à União para declarar 2019 o Ano dos Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos e apelou à UA a trabalhar com o ACNUR e outros parceiros relevantes a organizar uma série de eventos comemorativos, destinados a elevar a visibilidade do deslocamento forçado em África. O 50º Aniversário da Convenção da OUA de 1969 e o 10º Aniversário da Convenção de Kampala de 2009, constituem uma oportunidade estratégica para renovar o compromisso com os valores, princípios e normas do quadro de protecção jurídica de África.

56. A Comissão organizou a Segunda Sessão do Comité Técnico Especializado da União Africana (CTE) sobre a Migração, Refugiados e Deslocados Internos, em Kigali, Ruanda, de 16-19 de Outubro de 2017. A sessão do CTE realizada sob o tema “*Oportunidades para Migração e Livre Circulação de Pessoas em África e Atenuação dos Desafios*” envolveu reuniões de peritos e de nível ministerial.

## RECOMENDAÇÕES

1. Os Estados-Membros da União Africana e a Comissão da UA, devem trabalhar em colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) na aplicação da Declaração de Nova Iorque sobre Movimentos em Larga Escala de Refugiados, particularmente no que diz respeito à aplicação do Quadro de Acção Global para os Refugiados e contribuir para o desenvolvimento do Pacto Global para os Refugiados;
2. A Comissão da UA deve trabalhar com os seus parceiros, a fim de dar passos concretos para a finalização do Plano de Acção Decenal e implementar o Plano de Acção de Harare.
3. Organizar a Conferência de Doadores/Anúncio de Contribuições com vista a angariar recursos para reaprovisionar o Fundo Especial de Assistência de Emergência (SEAF);
4. Continuar a implementar o plano de repatriamento e de evacuação direccionado para os emigrantes Africanos emperrados na Líbia, sujeitos a graves violações e abusos, através do Grupo de Intervenção Trilateral que envolve a UA, a UE e as NU. Os Estados-Membros são incentivados a prestar auxílio na verificação da nacionalidade, no acesso à documentação, na concessão dos direitos de aterrizagem e na viabilização das autorizações de sobrevoo para as aeronaves envolvidas no processo de evacuação.
5. Apoiar iniciativas de paz sólidas da UA e das CER com o intuito de solucionar as situações de conflito que resultaram em deslocamento prolongado e crises humanitárias.
6. Os Estados-Membros devem tomar medidas concretas para abordar as causas profundas das crises humanitárias, expandindo o espaço democrático, desenvolvimento inclusivo e boa governação, desenvolvendo mecanismos de preparação, prevenção e resposta à catástrofes, bem como desenvolvendo sistemas de alerta precoce e mecanismo de resolução de conflitos, e implementação de compromissos ligados aos direitos humanos consagrados na União Africana e tratados internacionais.
7. Os Estados-Membros são incentivados a continuarem a fornecer a comissão dados e informação actualizada sobre a situação humanitária nos seus respectivos países.
8. A comissão deve continuar a apoiar as actividades do Subcomité do CRP sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos.



**AFRICAN UNION UNION AFRICAINE**

**African Union Common Repository**

**<http://archives.au.int>**

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2018-01-26

# Report on Humanitarian Situation in Africa

African Union

DCMP

---

<https://archives.au.int/handle/123456789/8934>

*Downloaded from African Union Common Repository*